

ESTRATÉGIAS QUE O PROFESSOR DESENVOLVE PARA ENFRENTAR O CONTEXTO DE INTENSIFICAÇÃO E DE PRECARIZAÇÃO DE SEU TRABALHO

Cámala de Menezes Costa Almeida- UFAC

Fazendo uma analogia do monólogo “A Vida é Sonho”, de Pedro Calderón de La Barca, com o sistema de ensino, Esteve (1999) inicia o livro, levando o leitor a instigar-se e até inquietar-se com a declamação de Segismundo, príncipe da Polônia, em seu cárcere. O cenário preparado de repente vai se transformando de uma maneira totalmente inadequada, sem que o autor percebesse tais transformações. Objetos e funcionários são introduzidos no palco sem que o autor interrompa seu monólogo, somente quando um foco de luz forte o cega pela sua intensidade é que ele percebe que algo mudou no cenário. Risos na plateia, indiferente ao constrangimento do ator que continua sem querer sair do seu papel. O autor compara essa situação – de indiferença, de descaso - com as que os professores estão sendo tratados no sistema de ensino, dizendo que “é injusto que nossa sociedade nos considere os únicos responsáveis pelos fracassos do sistema educacional massificado, apressadamente maquiado para fazer frente à avalanche da crise social, econômica e intelectual de nossa sociedade”. (ESTEVE 1999, p.19).

A análise das condições de trabalho dos docentes e suas consequências para a saúde física e mental dos professores é crucial, especialmente diante do aumento de doentes e do alto nível de estresse nas escolas, conforme evidenciado por pesquisas de Esteve (1999) e Codo (1999). Este trabalho busca relatar de forma concisa, as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos professores em um contexto de intensificação e precarização do trabalho em Rio Branco-Acre. Foram entrevistados 20 professores que atendiam aos critérios da pesquisa, conduzida em três etapas. Inicialmente, buscou-se analisar dados sobre licenças médicas de 2000 a 2015 na Secretaria Estadual de Educação (SEE), mas a falta de informações e a perda de dados inviabilizaram essa fase.

Em seguida, ao investigar a Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco (SEME), constatou-se a ausência de um banco de dados organizado para o período de 2005 a 2015. Com auxílio da coordenadora do Setor de Vida Funcional, foram coletados dados dos últimos cinco anos e, manualmente, dos anos de 2010 a 2013. O levantamento realizado entre junho e agosto de 2015 identificou um padrão de pedidos de licença entre 2010 e 2015, mapeando 26 das 80

escolas da rede municipal que apresentaram professores com frequência constante de licenças médicas.

Cerca de 20 professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental foram entrevistados. Todos receberam informações sobre o estudo e garantias de sigilo, e assinaram um Termo de Consentimento. A amostra intencional considerou critérios como a experiência docente e a situação funcional dos professores. O questionário, estruturado com perguntas fechadas e abertas, foi pré-testado e aplicado nas escolas de setembro a novembro de 2015. As entrevistas transcritas e aprovadas pelos participantes, foi interpretada a partir da análise textual.

Os depoimentos dos professores revelam vários fatores que contribuem para sua insatisfação com o trabalho. Entre os principais aspectos, destacam-se a sobrecarga de trabalho, a falta de apoio dos pais, a sensação de inutilidade, a concorrência com outras fontes de informação e os baixos salários. A organização do sistema educacional e a estrutura da escola como instituição pública são também apontadas como fontes de desmotivação, com destaque para a burocracia excessiva, escassez de recursos e a falta de reconhecimento e apoio pedagógico.

Além disso, a qualidade das relações interpessoais no ambiente escolar emerge como um elemento crucial para a satisfação docente. A interação com diretores, colegas e alunos impacta diretamente no envolvimento e no bem-estar dos professores. Relações baseadas em hierarquias rígidas e falta de apoio podem gerar sentimento de frustração e competitividade, levando os docentes a adotar posturas defensivas ou a se afastar socialmente.

Esses fatores criam uma desconexão entre as expectativas dos professores e a realidade, dificultando a motivação e os vínculos com a instituição. Essa discrepância pode levar ao distanciamento gradual do trabalho, possivelmente resultando em abandono. Diante disso, solicitei à SEME as licenças médicas registradas de 2010 a 2015 para entender melhor os processos de adoecimento docente. Com os dados recebidos, consegui mapear as licenças nesse período, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2: Distribuição de licenças acima de 30 dias por ano

ANO	2010	2011	2012	2013	2014
QUANTIDADE DE LICENÇAS PROTOCOLADAS	58	74	43	66	46

Fonte: dados da pesquisa de 2015

Foquei na análise de licenças de longa duração, abrangendo períodos de 15 a 180 dias, com destaque para as de 30, 60 e 90 dias. Professores podem renovar esses pedidos, resultando em até dois anos de afastamento. Na rede municipal de ensino de Rio Branco – Acre, foram registrados 287 pedidos de afastamento, sendo 15 solicitações para mudança definitiva e 62 para mudança temporária de função. A análise revela que 257 pedidos foram feitos por mulheres e apenas 30 por homens.

Quadro 3: Distribuição das licenças por mês e ano

Mês	Quantidade licenças			
	2011	2012	2013	2014
Janeiro	23	29	07	10
Fevereiro	38	X	12	08
Março	30	X	11	03
Abril	33	X	12	10
Maiο	40	X	17	11
Junho	34	X	09	06
Julho	35	X	15	05
Agosto	40	X	14	04
Setembro	36	X	20	06
Outubro	33	16	17	07
Novembro	33	05	11	06
Dezembro	30	04	05	03

Fonte: dados da pesquisa de 2015

Conforme os dados, a falta de registro de licenças no ano de 2010 pode ser atribuída à ausência de um banco de dados específico, o que exigiu que os registros fossem feitos manualmente, com a colaboração da chefe do setor. Ao analisar os dados, observa-se que, em 2011, os meses de fevereiro, maio, agosto e setembro apresentaram os maiores índices de solicitações de licença médica. Em 2012, somente os meses de janeiro e outubro mostraram um número significativo de pedidos.

O quadro 3 ilustra uma redução na quantidade de professores com licenças médicas, o que, conseqüentemente, diminui o registro de doenças. Essa diminuição não se deve, necessariamente, à resolução de problemas de saúde, mas sim ao fato de que o período de fevereiro a setembro reflete essa queda em decorrência de aposentadorias ou mudanças temporárias ou efetivas de função. Essa queda nas licenças é resultado do remanejamento desses professores pela Secretaria Municipal de Educação. Em 2013, os meses com maior número de pedidos foram maio, setembro e outubro, enquanto em 2014, os meses destacados foram janeiro, abril e maio.

Quadro 4: Quantidade de professores em disfunção temporária

Mês	Quantidade de professores em disfunção temporária	
	2013	2014
Janeiro	X	05
Fevereiro	X	01
Março	X	04
Abril	X	03
Maio	X	02
Junho	X	01
Julho	X	08
Agosto	X	02
Setembro	X	03
Outubro	X	03
Novembro	X	04
Dezembro	X	01
Total	17	37

Fonte: dados da pesquisa de 2015

Durante a pesquisa, o setor responsável pela vida funcional estava em processo de quantificação e organização de dados relativos às licenças médicas. Por essa razão, não foi possível determinar quantos professores estiveram em disfunção temporária ou definitiva nos anos de 2010, 2011 e 2012. De acordo com informações fornecidas pela chefe do setor, foi possível registrar que, em 2013, dezessete professores entraram em disfunção, embora não tenha sido possível especificar o número mensalmente naquele ano. Observa-se que, em 2014, os dados sobre disfunção temporária foram consolidados e registrados mensalmente. Ao comparar os dados de 2013 e 2014, constata-se um aumento significativo de 117,7% no número de professores que entraram em disfunção temporária.

Em razão das limitações da pesquisa na época, assim como da natureza do objeto de estudo, optei por relatar apenas as principais queixas de adoecimento do ponto de vista dos professores entrevistados, sem divulgar informações restritas à relação médico-paciente. Assim, a tabela a seguir apresenta as principais queixas de doenças relatadas pelos professores e professoras entrevistados.

Tabela 6: Distribuição quanto a identificação dos motivos de adoecimentos dos 20 entrevistados.

Professor entrevistado	Motivo do adoecimento
P1	Hipertensão
P2	Sinusite aguda/coluna
P3	Trombose
P4	Voz
P5	Voz
P6	Transtornos mentais
P7	Voz/artrite/artrose
P8	Hipertensão/obesidade
P9	Câncer no esôfago
P10	Coluna
P11	Voz/labirintite
P12	Câncer na bexiga/amputação dos membros
P13	Coluna/hérnia de disco
P14	Câncer na mama
P15	AVC
P16	Hipertensão
P17	Síndrome de Burnout
P18	Dormência/AVC/enxaquecas
P19	Voz/hipertensão/pânico
P20	Hipertensão

Fonte: dados da pesquisa de 2015

Diversos fatores têm levado os professores a solicitar licença médica. Além do aumento no número de licenças concedidas, foi observado um crescimento significativo no número de docentes afastados temporariamente, e, conseqüentemente, também em relação aos que se afastam definitivamente. Segundo os estudos de Esteve (1999), o absenteísmo e o abandono da profissão são conseqüências do mal-estar que muitos professores vivenciam:

Pelas razões já expostas, o absentismo aparece como uma reação mais frequente para acabar com tensão derivada do exercício docente. Se a implicação é cortada, corta-se a raiz das possíveis fontes de tensão. (ESTEVE 1999, p.61)

O sujeito tem um trabalho ideal, mas enfrenta dificuldades que geram exaustão e sofrimento. Apesar de estabelecer vínculos e saber que pode mudar, não consegue concretizar sua função, levando a um desejo de eliminação simbólica. O trabalho docente, especialmente nas séries iniciais, é mediado por cuidado e afeto, mas torna-se mais complexo quando o professor adoece. Sua relação laboral é afetada por salário, técnica e hierarquia, que podem facilitar ou dificultar o cuidado. A doença fere sua integridade física, emocional e cognitiva, impactando suas ações. Em momentos de crise, a escola frequentemente o desloca para tarefas que não refletem sua identidade, além de depender de licenças médicas para administrar sua exaustão.

O absentismo aparece, portanto, como forma de buscar um alívio que permita ao professor escapar momentaneamente das tensões acumuladas em seu trabalho. Recorre-se, então, aos pedidos de licenças trabalhistas ou, simplesmente, a ausência do estabelecimento escolar por períodos curtos que exigem não mais que uma justificativa. (ESTEVE 1999, p. 63)

Esteve (1999) aponta a necessidade de investigar as licenças curtas dos professores, muitas vezes fora da legitimidade legal. A análise do livro de ponto revela um absenteísmo sem justificativa formal, com professores indicando que a única exigência era informar a equipe. Esse comportamento sugere um pacto implícito entre docentes e gestão, evitando conflitos e criando regras próprias, onde os professores não assinam o ponto e a gestão não exige assiduidade. *A gestão reconhece situações como a doença, pedindo apenas comunicação e atenção às formalidades legais, conforme relatado por uma professora (P2).*

Notadamente, os dados desta comprovam que no dia-a-dia da atividade docente o professor está submetido a diversos estressores psicossociais que estão relacionados tanto a natureza de suas funções quanto ao contexto institucional e social do trabalho. De acordo com Codo (1999) a síndrome de Burnout é o resultado do contato excessivo e persistente com esses estressores, que de acordo com Carlotto (2002) são resultantes da interação entre aspectos individuais e o ambiente de trabalho. Este ambiente não diz respeito somente a sala de aula, mas sim a todos os fatores envolvidos nesta relação, incluindo os fatores macrossociais como políticas educacionais e fatores sócio históricos.

REFERÊNCIA

CARLLOTO, M.S. **A síndrome de *Burnout* e o trabalho docente**. Psicologia em Estudo,

CODO, W. (Coord.). **Educação e carinho**. São Paulo: Vozes, CNTE e UNB, 1999

ESTEVE, J. M.O **Mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Trad. Durley